

# Anticiganismo no Facebook: discursos de ódio e racismo quotidiano em Portugal

*Pedro Almeida e Janainna Pereira*

Partindo da premissa de que os discursos de ódio racial contribuem para a perpetuação da desigualdade social e da discriminação racial, este artigo explora o modo como o anticiganismo opera na esfera digital. O seu objetivo é o de apurar se as narrativas que se disseminam *online* confirmam (ou não) a tese do racismo estrutural da sociedade portuguesa. Ao nível empírico, a pesquisa centra-se na análise dos discursos dos leitores dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* no Facebook, durante o período pré-pandémico e pandémico. Os resultados do estudo mostram que a disseminação do ódio dirigido à comunidade cigana reflete o profundo enraizamento do racismo no tecido nacional. Assim, longe de ser um fenómeno exclusivo da extrema-direita ou despoletado pela pandemia, a sua normalização é o resultado de um processo histórico de discriminação que esta comunidade enfrenta há séculos.

**PALAVRAS-CHAVE:** racismo, anticiganismo, discursos de ódio, redes sociais, Portugal.

**Antigypsyism on Facebook: hate speech and everyday racism in Portugal**  
Based on the premise that racial hate speech perpetuates social inequality and racial discrimination, this article explores how antigypsyism operates on social media. The aim of this study is to determine the extent to which narratives disseminated online confirm the thesis that racism in Portuguese society is structural. Empirically, the research analyses discourses of Facebook users posted on the pages of newspapers *Público* and *Correio da Manhã*, before and after the Covid-19 pandemic. The results of this study show that the dissemination of hatred aimed at the Roma community reflects the deep-rooted nature of racism in Portugal. Thus, far from being an exclusive phenomenon of the far-right or triggered by the pandemic, its normalization is the result of a historical process of discrimination that this community has faced for centuries.

**KEYWORDS:** racism, antigypsyism, hate speech, social media, Portugal.

ALMEIDA, Pedro (pedrosousaalmeida@gmail.com) – CRIA-Iscte, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2411-3088>. CRediT: concetualização, metodologia, redação do rascunho original, redação – revisão e edição.

PEREIRA, Janainna (janainnapereira@gmail.com) – ICS-UL, Portugal. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1014-8247>. CRediT: curadoria dos dados, redação do rascunho original.

## INTRODUÇÃO

No início de junho de 2020, durante a pandemia, numa entrevista concedida ao jornal *Público*, o presidente da Câmara da Azambuja, referindo-se à comunidade cigana daquela localidade, afirmava que era necessário instalar um cordão sanitário “à volta do prédio onde eles moravam”, acrescentando ainda que o bairro em questão era habitado por “famílias de etnia cigana” e outras “famílias normais como nós”.<sup>1</sup> O facto de estas palavras não terem despoletado nenhum tipo de reação por parte da denominada sociedade civil levanta uma série de questões relevantes que serão objeto de análise neste trabalho. No entanto, assinalem-se desde já duas delas.

A primeira refere-se ao facto de ser a ideia de raça o principal marcador da “normalidade”. Assume-se, assim, que é precisamente a pertença étnico-racial que permite naturalizar e reivindicar uma distância entre “Eles” e “Nós”, sendo este “Nós”, isto é, todos aqueles que “não têm raça”, a norma (Goldberg 2006), ao passo que o “Outro” é justamente definido a partir das suas características fenotípicas e culturais. É a partir dessa posição de privilégio que se exonera a branquitude, como se ela não devesse ou pudesse ser perçecionada enquanto identidade racial. Nas palavras de Richard Dyer, é esse sistema que permite naturalizar a ideia segundo a qual “os outros têm raça”, enquanto “nós somos só pessoas”, acrescentando que não há posição mais poderosa do que esta de ser “somente humano” (1997: 1, 2).

Tal como observa DiAngelo (2019: 24), ser percebido como branco não é apenas uma questão de classificação racial, mas sim um “estatuto e uma identidade de carácter social e institucional” que acarreta um conjunto de privilégios que são sistematicamente negados a outros. Ao ser entendida como universal e neutra, a branquitude torna-se invisível para quem dela beneficia, o que reforça ainda mais a sua centralidade e impede o reconhecimento da sua dimensão racializada. Assim, não só se define o “Outro” a partir das suas diferenças fenotípicas e culturais, como também se preserva o privilégio de quem ocupa o lugar de poder sem que este seja questionado.

O segundo aspeto a reter diz respeito à pretensão em confinar cidadãos a partir de critérios étnico-raciais. Essa intenção, que já havia sido exclamada pelo líder da extrema-direita parlamentar, foi assim defendida por detentores de cargos públicos oriundos de setores apelidados de “moderados”, o que evidencia claramente que as agressões diárias e sistemáticas de que são alvo as comunidades ciganas portuguesas não constituem um fenómeno novo e muito menos se circunscrevem ao espectro político da extrema-direita. Pelo contrário, o anticiganismo tem tido uma continuidade histórica bem documentada.<sup>2</sup>

1 Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/06/02/local/noticia/autarca-azambuja-insiste-cordao-sanitario-predio-habitado-familias-ciganas-1919097> (última consulta em janeiro de 2026).

2 De acordo com a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), [continua]

Vários estudos têm vindo a evidenciar a existência de práticas racistas institucionalizadas, iniciadas há mais de cinco séculos e que perduram até aos dias de hoje (Bastos 2012; Maeso 2015; Araújo 2016; Magano e Mendes 2021).

De acordo com a leitura de Marques (2007: 50), a discriminação contra a comunidade cigana em Portugal segue um padrão histórico de racismo “diferencialista ou de exclusão”, distinto do racismo assimilacionista dirigido, por exemplo, a pessoas afrodescendentes. No caso cigano, trata-se de uma rejeição que recusa a integração e naturaliza a exclusão. Embora esta distinção entre formas de racismo tenha sido produtiva em determinados contextos analíticos, ela não esgota a complexidade dos discursos e práticas atuais, que muitas vezes combinam elementos de ambos os regimes. A linha crítica seguida neste trabalho argumenta que o anticiganismo se inscreve num quadro de normalização e reprodução da exclusão, que se manifesta em múltiplas esferas – da política institucional ao espaço digital – e que opera quotidianamente através da legitimação da desigualdade.

É essa lógica persistente que permite compreender o anticiganismo como uma “ideologia que se esconde por detrás do Estado e das suas estruturas de poder” que, sob a aparência de neutralidade, aplica políticas de controlo, segregação e assimilação (Fernández 2019: 41). Assim, esta forma específica de racismo, com raízes históricas profundas, deve ser compreendida à luz de um conjunto de práticas que visam não apenas excluir os ciganos da sociedade, mas também justificar essa exclusão através de narrativas de inferiorização e desumanização.

Apesar de existirem vários estudos que abordam o racismo anticigano enquanto fenómeno estrutural e histórico, continua a verificar-se um défice evidente de trabalhos que analisem especificamente os discursos de ódio dirigidos aos ciganos portugueses, com algumas exceções, como os trabalhos de Magano e Oliveira (2023) e de Carvalho *et al.* (2023). Partindo deste quadro, este artigo procede a uma análise crítica dos discursos de ódio racistas dirigidos à população cigana portuguesa no Facebook. Além disso, questiona se a normalização destas narrativas constitui um fenómeno marginal que poderá ter sido exponenciado pelo contexto pandémico ou se é antes um sintoma de um país que permanece marcado por linhas raciais e que relega a comunidade cigana para o fundo da hierarquia social.

O texto encontra-se dividido em vários pontos. Num primeiro momento, apresenta-se o estado da arte da discussão, bem como o enquadramento teórico adotado. Esta não é uma análise exaustiva, mas visa tão-só assinalar as

o anticiganismo refere-se a uma “forma específica de racismo, uma ideologia fundada na superioridade racial, uma forma de desumanização e racismo institucional alimentada pela discriminação histórica, que se expressa, entre outros aspetos, pela violência, discurso de ódio, exploração, estigmatização e a forma mais flagrante de discriminação.” Disponível em: <https://rm.coe.int/ecri-general-policy-recommendation-no-13-on-combating-anti-gypsyism-an/16808b5aee> (última consulta em janeiro de 2026).

investigações que têm sido publicadas sobre os discursos de ódio racial na esfera digital. Mostra-se igualmente que o crescente interesse internacional não tem tido a devida correspondência na academia portuguesa. No segundo ponto, procede-se a uma análise crítica do modo como o anticiganismo no espaço europeu revela padrões de continuidade histórica. Não se trata, portanto, de um fenómeno recente, nem exclusivo de setores políticos próximos da extrema-direita.

O terceiro ponto é dedicado à explicação e justificação dos métodos e dos recortes temporais que foram seguidos, enfatizando a pertinência das metodologias qualitativas, particularmente a análise crítica do discurso. Face à natureza do próprio estudo, trata-se do instrumento teórico e metodológico mais adequado para problematizar as narrativas produzidas na rede social Facebook.

A secção seguinte é dedicada à análise de discursos de ódio recolhidos nas páginas dos jornais *Público* e *Correio da Manhã* nesta plataforma digital. Embora cientes de que as agressões verbais abrangem outros grupos racializados, tais como afrodescendentes, refugiados, imigrantes e muçulmanos (Almeida, Pereira e Candido 2023), o enfoque deste artigo centra-se justamente no racismo dirigido à comunidade cigana portuguesa. Ao fazê-lo, procura relacioná-lo e enquadrá-lo à luz de uma ciganofobia que parece encontrar-se profundamente normalizada e banalizada no tecido nacional.

O artigo termina com uma síntese das principais conclusões gerais que se foram defendendo ao longo do texto, enfatizando a necessidade de problematizar os discursos de ódio a partir de um quadro ideológico mais abrangente, ou seja, do racismo endémico que atinge todos os grupos racializados, particularmente pessoas ciganas.

#### DISCURSOS DE ÓDIO CONTRA CIGANOS: UMA ÁREA DE PESQUISA NEGLIGENCIADA

Na última década, as pesquisas académicas sobre racismo e discursos de ódio na Internet têm conhecido um desenvolvimento assinalável, particularmente no contexto europeu, norte-americano e brasileiro (Daniels 2013; Siapera 2019; Silva 2020; Thompson e Woodger 2020). Para além da importância das tecnologias digitais na contemporaneidade, o interesse crescente da academia na problematização do ódio racial também se deve, em parte, à solidificação de movimentos políticos, através de manifestações digitais de grupos de extrema-direita. Mais recentemente, foram publicadas pesquisas internacionais que relacionam os discursos de ódio com o contexto pandémico gerado pela Covid-19 (Al-Jarf 2021; Breazu 2023).

Em contracorrente com a crescente vitalidade da discussão teórica que se observa a nível internacional, a produção científica nacional nesta área é deficitária. Ultimamente, a publicação de alguns trabalhos tem contribuído para

estimular o debate teórico. Destaque-se a análise de Silva e Carvalho (2023), que incidiu sobre o modo como os discursos de ódio são percebidos por pessoas afrodescendentes, ciganas e LGBTQI+, e o trabalho de Bari (2021), que explorou o racismo *online* dirigido à população afrodescendente na sequência de um episódio de brutalidade policial ocorrido no “Bairro da Jamaica”.<sup>3</sup> Já o estudo desenvolvido por Malta (2022) incidiu numa análise crítica dos comentários de ódio publicados nos jornais nacionais, relacionando-os com o racismo estrutural português.

Relativamente aos trabalhos que analisam especificamente os discursos de ódio racial dirigidos às comunidades ciganas, verifica-se uma escassez ainda mais acentuada. Os recentes contributos de Carvalho e a sua equipa (2023), bem como os de Magano e Oliveira (2023) constituem uma exceção no contexto académico português, tendência, aliás, que vai ao encontro do que se verifica na Europa. Assim, apesar da publicação de alguns estudos nos últimos anos (Miškolci, Kováčová e Rigová 2018; Thompson e Woodger 2020; Breazu 2023; Kyslova, Kuzina e Dyrda 2020), tem sido sublinhada a necessidade de um maior número de pesquisas que abordem o modo como o anticiganismo se tem vindo a normalizar e que poderá ter sido reforçado durante a pandemia (Magano e Mendes 2021: 2).

#### COMUNIDADE CIGANA, RACISMO E EUROPA: PADRÕES DE CONTINUIDADE HISTÓRICA

Embora alguns estudos apontem para um aumento dos discursos e crimes de ódio durante o período pandémico,<sup>4</sup> a linha teórica seguida neste trabalho sustenta a tese de que o racismo e a própria ideia de raça são uma marca estrutural das sociedades europeias (Fanon 1975 [1952]; Goldberg 2002; Hesse 2007), pelo que a consolidação e banalização dessas narrativas deve ser explorada a partir desta ideia.

Neste sentido, e contrariamente às correntes dominantes, que problematizam a discriminação racial a partir de um conjunto de atitudes e crenças (Baidar 2019), sustenta-se a tese de que o racismo é muito mais do que preconceito (Bonilla-Silva 2015). Trata-se, sim, de um sistema de opressão, historicamente construído, e que se consubstancia em questões de poder e de privilégio. Ou seja, longe de ser uma “patologia”, as práticas e discursos racistas constituem

3 O “Bairro da Jamaica” situava-se na periferia da cidade do Seixal, a 20km de Lisboa. Esta zona habitacional, altamente marginalizada, era habitada maioritariamente por população afrodescendente e, em menor número, por famílias ciganas. O bairro foi demolido em 2024, tendo os moradores sido realojados.

4 Disponível em: <https://www.ditchthelabel.org/research-papers/hate-speech-report-2021/> (última consulta em janeiro de 2026).

elementos que permeiam o dia-a-dia das relações sociais que se desenrolam no seio das sociedades contemporâneas (Almeida 2019: 20).

A este propósito, importa considerar também o contributo de Grada Kilomba (2019: 80), que sublinha que o racismo não é um evento isolado, mas “um padrão contínuo de abuso que se repete incessantemente ao longo da vida de alguém”. Esta perspetiva reforça a ideia de que o racismo opera quotidianamente através de práticas padronizadas de exclusão e violência, que estrutura a posição das comunidades racializadas no imaginário nacional.

De acordo com esta linha crítica, verifica-se que o racismo estrutural parece ter criado as condições para a normalização da violência racial *online*, com consequências diretas na “vida real” das pessoas.<sup>5</sup> Por outras palavras, é ineficaz pensar que estas duas realidades são estanques e que não se cruzam, já que a agressão verbal (que pode tomar a forma de violência física) é uma forma de intimidação e uma arma simbólica utilizada por aqueles que detêm o poder e o privilégio (Essed 1991: 256). Embora não exista uma definição universal de discurso de ódio racial, podendo, portanto, assumir diferentes retóricas e nuances, este trabalho apoia-se na proposta de Matsuda, que argumenta que o discurso de ódio se baseia na ideia de “inferioridade racial” em relação a um “grupo historicamente oprimido”. Além disso, a “mensagem é persecutória, odiosa e degradante” (1989: 2357). A relevância em focar grupos historicamente marginalizados está ligada à própria noção de racismo, que não pode ser separada de questões de poder e subordinação, tal como Matsuda enfatiza.

É justamente a partir da tese do racismo estrutural que se devem analisar os discursos e práticas que se observam no contexto português. Para uma melhor compreensão acerca da marginalização das comunidades ciganas, vale a pena lançar um breve olhar crítico para o quadro histórico de construção dos próprios Estados-nação modernos, no seio dos quais se foram produzindo uma série de práticas discriminatórias.

Não obstante a sua longa presença no território europeu, as narrativas nacionais dominantes têm sido construídas a partir da ideia de que os ciganos não fazem parte da identidade europeia (Guillem 2011; Fejzula 2019). No caso português, e embora o Estado reconheça que a comunidade cigana se encontra radicada no país há mais de cinco séculos (Maeso 2015; Araújo 2016), isso não tem impedido que os discursos hegemónicos procurem dramatizar a enorme distância que a separa da portugalidade. O papel da academia portuguesa *mainstream* na produção dessa “exterioridade” também deve ser sublinhado, já que, ao invés de desenvolver e estimular análises históricas que possibilitem o estabelecimento de um diálogo com as práticas institucionais

5 O contexto pandémico é exemplificativo disso mesmo, no sentido em que se estabeleceu uma relação direta entre discursos racistas, ambiente digital e crimes de ódio ocorridos no espaço público (Han, Riddell e Piquero 2023).



contemporâneas dirigidas a estas comunidades, tem-se preocupado em enfatizar a sua “não pertença” à Europa (Araújo 2016: 303).

A construção e reificação de uma “linha abissal” (Santos 2007) que separa a comunidade cigana da restante sociedade assenta, em larga medida, nas suas características culturais, particularidades essas que os impossibilitam de serem “verdadeiramente” portugueses. Assim, é precisamente a partir deste entendimento dominante que se têm vindo a construir narrativas acerca da inclusão social e que colocam o ónus da integração nas próprias populações racializadas. Ao fazê-lo, não só exoneram quem realmente detém o poder, negando assim o racismo estrutural, como reforçam a pretensa patologização dessas comunidades (Maeso 2015: 66).

Importa igualmente referir que a construção de determinadas populações europeias enquanto “minorias” teve, desde o início de formação dos Estados-nação, um propósito específico. É esse o argumento defendido por Hesse e Sayyid (2006) quando realçam que o desenho das fronteiras que colocou os grupos hegemónicos como maiorias nacionais deve ser criticamente analisado:

“A menoridade do estatuto das populações etnicamente marcadas não era simplesmente um sintoma do seu tamanho demográfico, mas refletia com mais pormenor um (des)equilíbrio de forças e recursos entre populações etnicamente marcadas e não marcadas.” (Hesse e Sayyid 2006: 23)

Apesar de um discurso retórico que celebra a diversidade étnico-racial que caracteriza as diferentes nações contemporâneas, os Estados europeus, através de uma série de estratégias definidas como “tecnologias” ou “instrumentos de governação”, têm procurado eliminar a sua heterogeneidade:

“As configurações raciais têm estado na base da produção dos estados modernos, na sua formação e elaboração, na sua fundação e modelação, uma vez que as tecnologias estatais têm aperfeiçoado as conceções e preocupações raciais, esquemas classificatórios e controlo de populações.” (Goldberg 2002: 149)

Consequentemente, a relativa homogeneidade étnico-racial dos países europeus (embora cada vez mais desafiada pelo movimento de populações pós-coloniais) não decorre de uma condição natural, mas é, sobretudo, o resultado de um processo político que se iniciou durante o período colonial. Esta ideia é igualmente importante no que toca à generalidade das populações ciganas europeias, cujos discursos e práticas têm assentado, ao longo dos séculos, na tese de que esta comunidade representa uma ameaça ao Estado (Fejzula 2019).

No caso específico português, esse “controlo de populações” foi levado a cabo desde, pelo menos, o século XVI, altura em que se iniciou um conjunto

de práticas discriminatórias legais que ordenaram a morte ou a deportação das comunidades ciganas para as colônias. Não menos significativo do que as próprias expulsões foi o motivo invocado para as justificar: a alegada “falta de vontade”, imputada às comunidades ciganas, de integração na cultura portuguesa (Araújo 2016: 302), o que revela a persistência de uma lógica assimilacionista profundamente enraizada, ainda hoje naturalizada no discurso social.

Algumas dessas práticas persistem em vários países da Europa ocidental. O caso francês, por exemplo, é a prova inequívoca disso mesmo.<sup>6</sup> Verifica-se assim um padrão de continuidade, não só de determinadas narrativas, como de políticas. Tal como as autoridades francesas, também para o Estado português parece ser essa diferença cultural o verdadeiro problema e não propriamente o racismo e as suas heranças e efeitos (Maeso 2015: 67). Logo, é a partir deste padrão histórico de exclusão física e simbólica do “Outro” que se deve situar e analisar o modo como o racismo dirigido aos ciganos se encontra normalizado em todas as esferas sociais.<sup>7</sup>

## METODOLOGIA E RECORTE TEMPORAL

### *Seleção do corpus e contexto digital*

Uma das principais preocupações que orientou a investigação empírica foi a busca por apresentar um retrato o mais abrangente possível da realidade digital em Portugal, analisando a plataforma digital mais predominante no país, que é o Facebook. Segundo os dados disponíveis, 58,1% da população afirma ter perfil criado nesta rede.<sup>8</sup> As páginas analisadas no Facebook foram as dos jornais *Público* e *Correio da Manhã*, com especial ênfase para as caixas de comentários. A escolha destes meios de comunicação justifica-se pelo facto de o *Correio da Manhã* ser o jornal impresso mais lido pelos portugueses, enquanto o *Público* é o que lidera o *ranking online*.<sup>9</sup> Para além disso, estes dois jornais dirigem-se a

6 De acordo com a European Roma Rights Centre (ERRC), só no ano de 2013 foram expulsos de França mais de 19 mil pessoas ciganas. Em jeito de justificação, o então ministro do Interior Manuel Valls afirmou que os seus “estilos de vida são muito diferentes dos nossos”. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/magazine-25419423> (última consulta em janeiro de 2026).

7 O contexto desportivo é ilustrativo. Atente-se às palavras que o ex-presidente do Clube Sport Marítimo dirigiu ao então presidente do Sporting Clube de Portugal, a propósito de uma transferência de um jogador entre estes dois clubes, em 2017: “O Bruno de Carvalho era quem dos três presidentes aquele que não me conhecia bem, como é lógico, mas penso que hoje já me conhece o suficiente e – já conversámos sobre isso – para saber que o negócio, quando se faz, não é como o negócio do cigano: faz-se. Há uma verba, há compromissos que têm de ser assumidos”. Disponível em: <https://tribuna.expresso.pt/futebol-nacional/2017-04-12-Carlos-Pereira-Bruno-de-Carvalho-passara-a-fazer-os-negocios-com-menos-birras> (última consulta em janeiro de 2026).

8 Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-portugal> (última consulta em janeiro de 2026).

9 Disponível em: <https://www.apct.pt/> (última consulta em janeiro de 2026).



audiências distintas. O *Correio de Manhã* exibe uma linha editorial de carácter mais sensacionalista, populista e securitária. Já o *Público* apresenta-se como um jornal de referência e dirige-se sobretudo a uma audiência de classe média.

### *Critérios de seleção e palavras-chave*

A análise temporal dividiu-se entre dois períodos: pré-pandemia e pandemia, sendo que o primeiro se iniciou em janeiro de 2019 e terminou em março de 2020. Já a análise dos discursos do segundo período teve início a 11 de março de 2020 (data em que a Organização Mundial de Saúde declarou a Covid-19 como pandemia) e prolongou-se até ao final de outubro de 2021. A recolha dos dados foi realizada através do mecanismo de pesquisa do Facebook, utilizando, nos dispositivos de busca das referidas páginas, as seguintes palavras-chave: “pandemia”, “ciganos”, “confinamento”, “racismo”, “Chega”.

A seleção das palavras-chave foi guiada por critérios empíricos e teóricos. Empiricamente, trata-se de termos recorrentes nas narrativas mediáticas e políticas durante o período analisado, frequentemente associados a episódios de tensão racial, discurso de ódio ou estigmatização das comunidades ciganas. Do ponto de vista teórico, a escolha reflete o interesse em compreender de que forma certos marcadores sociais – como etnia, saúde pública, segurança e ideologia política – operam discursivamente como dispositivos de racialização e exclusão. A palavra “Chega” foi incluída por representar, no contexto português, a ascensão de uma retórica política racista centrada na criminalização do “Outro”, permitindo observar a articulação entre discursos institucionais e os comentários dos utilizadores.

### *Análise do discurso*

Tendo em vista que o presente trabalho se propõe a estabelecer uma relação entre a ciganofobia e o racismo endémico da sociedade portuguesa, optou-se por uma metodologia qualitativa, assente na recolha e análise dos discursos de ódio racial publicados pelos utilizadores desta plataforma digital. Partindo da ideia de que a dominação e o poder se perpetuam através da linguagem, considera-se que a análise crítica do discurso é o instrumento de pesquisa que melhor problematiza e desafia essas narrativas (Van Dijk 2005). Além disso, o estudo do discurso permite desconstruir o quadro ideológico que orienta as narrativas dos grupos dominantes (Wodak e Meyer 2001).

A partir deste *corpus*, recorreu-se a um processo de codificação indutiva e interpretativa que permitiu identificar regularidades discursivas e estruturar o material em quatro categorias analíticas principais: (a) ideia de pertença, que remete para a exclusão simbólica das comunidades ciganas do imaginário nacional; (b) civilizado *versus* não-civilizado, que articula dicotomias coloniais e discursos de inferiorização; (c) racismo inverso, enquanto tentativa de reversão das posições de opressão; (d) negação do racismo, como estratégia discursiva

de invisibilização da desigualdade estrutural. Estas categorias foram construídas com base na recorrência de determinados padrões linguísticos, representações e marcadores ideológicos identificados nos comentários analisados.

Desta forma, as questões de pesquisa que guiaram o estudo empírico podem ser resumidas da seguinte forma: de que modo essas categorias são mobilizadas e em que contexto surgem? De que forma é que elas refletem o quadro ideológico dominante em Portugal? O antiganismo é exclusivo do campo político da extrema-direita? Quais são as conexões entre as práticas históricas de discriminação direcionadas às comunidades ciganas em Portugal e os discursos racistas contemporâneos que se propagam *online*? Em que medida a pandemia afetou essas narrativas?

#### PANDEMIA, MARGINALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA SOBRE A POPULAÇÃO CIGANA

Os discursos de ódio analisados foram publicados pelos leitores nas páginas de Facebook dos referidos jornais, no âmbito de notícias ou artigos que envolviam, direta e indiretamente, a comunidade cigana portuguesa. Importa referir, desde já, que a agressão verbal racista foi a norma e não a exceção da maioria dos comentários publicados e analisados.

Um dos primeiros focos de infeção de Covid-19 que envolveu um conjunto considerável de pessoas deu-se na plataforma logística na zona da Azambuja, que emprega mais de oito mil trabalhadores. Dando conta disso mesmo, o jornal *Público* noticiava, em maio de 2020, que esse foco era “dos mais preocupantes da zona de Lisboa”.<sup>10</sup> Parte dessas pessoas vive na região, algumas das quais nos apelidados “bairros sociais”, cujos habitantes são, na sua grande maioria, trabalhadores “não qualificados” e que estão igualmente empregues noutros setores, tais como por exemplo limpeza, construção civil, transportes. Entre pessoas negras e ciganas, uma percentagem significativa desta população não é branca.

Tal como referido no início do texto, o autarca da Azambuja, a propósito de um dos focos de infeção, mostrou-se favorável à realização de uma cerca sanitária, intenção essa que contou com o apoio generalizado dos leitores do jornal *Público* que comentaram essa notícia:

“Só não entendo porque demoram tanto tempo a atuar contra estes potenciais focos da epidemia. Enquanto pensam e repensam há mais uma série pessoas infetadas.”

10 Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/05/21/local/noticia/foco-azambuja-preocupantes-regiao-lisboa-1917565> (última consulta em janeiro de 2026).

“Fechem o bairro como fizeram em Ovar, não deve sair ninguém, nem entrar, somos todos iguais, não facilitar.”

“Façam uma cerca sanitária. Se eles saem do bairro, estão a contaminar outros. A solução é cercar o bairro com um muro como o de Berlim”.

“Nós aqui em São Miguel estivemos 30 dias com cercas sanitárias. Porque os ciganos não podem estar, já que se recusam a cumprir com o estipulado para combater o flagelo deste vírus, não percebo hoje em dia tudo é racismo... CARREGA VENTURA”

É importante destacar que o desejo de que os ciganos fiquem isolados da maioria portuguesa branca não é algo que tenha surgido somente durante a pandemia. Tal como anteriormente referido, a ciganofobia, que apresenta raízes históricas bem documentadas, encontra-se altamente normalizada em Portugal, pelo que os discursos racistas e segregacionistas são o reflexo de um consenso generalizado não só no discurso popular, como inclusive junto dos próprios órgãos do Estado. Assinale-se ainda que os anseios em segregar grupos populacionais não são mencionados quando se noticiam surtos junto de populações brancas que habitam em zonas percebidas como locais de residência da classe média, nomeadamente em determinadas áreas de Lisboa ou do Porto, por exemplo.

Uma das narrativas mais recorrentes com as quais a investigação se deparou, que é aliás transversal a muitos grupos marginalizados, é a de que as comunidades ciganas não se querem integrar e que estão à margem da sociedade portuguesa. Um artigo publicado no *Correio da Manhã* em novembro de 2019 e intitulado “Os outros muros que isolaram ciganos”, que aludia à construção de várias barreiras físicas em diferentes localidades portuguesas, motivou centenas de comentários, a maioria deles de ódio. Com efeito, os discursos de não integração, assim como a reificação da ideia de que são pessoas não civilizadas, perigosas e que não gostam de trabalhar, encontram-se perfeitamente normalizados:

“Para quê fazer drama com uma etnia que não se quer integrar, não quer prescindir dos seus usos e costumes e que é constantemente um problema para quem se vê forçado a conviver com ela?”

“[...] e pelo que vejo onde moro, sim é a maioria e não uma minoria, não. Não sabem viver em sociedade, pelo menos a maioria [...]”

Um outro artigo, publicado pelo jornal *Público* no mês anterior, abordava os comportamentos discriminatórios. As palavras da então secretária de Estado

fizeram manchete. Segundo Rosa Monteiro, a “ciganofobia está no dia-a-dia da sociedade portuguesa”,<sup>11</sup> pelo que seria imperioso pôr fim a uma série de práticas, tais como a colocação de sapos de loiça à porta de estabelecimentos comerciais, como forma de repelir pessoas ciganas. Praticamente todos os cerca de 1000 comentários publicados contestavam as declarações da governante, acusando, ao invés, a comunidade cigana de não “saber comportar-se” e ser “parasita”:

“Nas minhas compras diárias frequento um Super que também é frequentado por famílias Ciganas e é ver os miúdos a correr aos gritos e fazendo corridas com os carros do Super muitas vezes atingindo as Pessoas que estão calmamente fazendo as suas compras, enquanto os Pais se riem. Pergunto: Isto é gente civilizada?”

“Eles sabem bem que o que nos move contra os lelos<sup>12</sup> não é racismo, é indignação e fartos de sustentar parasitas que nem nos respeitam.”

Apelidar pessoas racializadas de “parasitas” é parte de um reportório que está altamente normalizado nas redes sociais e que parece ter, de facto, correspondência com os discursos que se produzem *off-line*. À semelhança do que se verifica na generalidade das plataformas digitais europeias, a utilização do termo “parasita” visa a desumanização destas pessoas, sublinhando ainda que não fazem parte da identidade nacional (Mussolf 2015: 50).

O anticiganismo encontra-se profundamente naturalizado na esfera digital portuguesa, indo assim ao encontro do que já tem sido defendido noutros trabalhos que abordam o racismo quotidiano que se manifesta em diversas situações e contextos na vida das pessoas ciganas. Para além da pretensa ameaça à segurança que representam, é notória uma constante referência aos subsídios e ao “não trabalho”, a que se soma a narrativa de serem vistos com “carros de luxo” ou a tomar o “pequeno-almoço em cafés”:

“Daí os pequenos almoços todos os dias em família pelos cafés... Eu tomo o meu em casa... e trabalho!!! O melhor é pôr uns verdadeiros à porta da segurança social e do centro de emprego e dos ctt. Até se dão ao luxo de

11 Disponível em: <https://www.publico.pt/2019/10/21/politica/noticia/secretaria-estado-ciganofobia-diaadia-sociedade-portuguesa-1890879> (última consulta em janeiro de 2026).

12 “Lelos” é um termo coloquial do português europeu usado de forma depreciativa para designar pessoas consideradas ingénuas ou intelectualmente inferiores. Segundo o *Infopédia – Dicionário da Língua Portuguesa* (<https://www.infopedia.pt/>), a palavra tem origem no castelhano lelo (“tolo”). No contexto do comentário analisado, esta expressão funciona como marcador de desqualificação moral e social, contribuindo para a inferiorização do grupo alvo e para a construção de uma fronteira simbólica entre um “nós” civilizado e um “outro” desqualificado.

serem os 1.<sup>os</sup> a serem atendidos porque têm os carros estacionados (BMW e Mercedes). Eu ando de transportes públicos.”

Há, nos discursos analisados, constantes inferências de que a maioria da população cigana é desonesta:<sup>13</sup> enganam; roubam; vendem substância ilícitas; os poucos que trabalham vendem produtos falsificados; estragam as casas que recebem do governo ou que alugam; incutem medo nas vizinhanças; não se adequam às regras “civilizadas” portuguesas; casam os filhos cedo e tiram-nos da escola; são violentos (nas escolas e nos hospitais):

“É uma raça que só vive para enganar os outros e no submundo dos ilícitos [...]”

“Podem pedir para eles aprenderem que só se integram se forem à escola, que as mulheres sejam respeitadas, que existem regras de convivência [...] e no final [...] trabalharem para ter os direitos ganhos COM TRABALHO? É pedir muito?”

“O meu vizinho também alugou a casa a uns. Bem, os vizinhos à volta tiveram que pôr gradeamento mais alto para não serem roubados [...] isto é, ou os isolamos ou nos isolamos, acho bem e achava melhor que tivessem sido obrigados a fazer o muro para terem noção do perigo que são para a sociedade, não todos, mas em grupo têm tendência para isso.”

“Gosto muito do nosso País, mas os ciganos segregam-se a si próprios. Eles não se integram, não trabalham, não seguem as regras da restante comunidade [...] não pagam impostos e casam as suas jovens cedo demais. Entre outras coisas.”

A ideia da autossegregação, banalizada no espaço digital, sustenta a tese de que o povo cigano, portador de uma cultura estranha, desonesta e não confiável, assim que chegado à Europa, autoisolou-se. Tal como sublinhado por Loveland e Popescu, a construção do imaginário da “Narrativa de Ameaça Cigana”, que minaria os alicerces do Estado moderno, desencadeou a necessidade do seu controlo e monitorização (2016: 338). À semelhança de outros contextos, também em Portugal essa vigilância é levada a cabo não só pelas instituições estatais, como pela própria população majoritária.

13 Essa percepção vai ao encontro de um consenso generalizado na Europa, tal como se pode verificar em alguns dicionários publicados no contexto europeu, nos quais os ciganos são descritos como sendo “trapaceiros”. Disponível em: <http://www.elperiodico.com/es/sociedad/20150824/rae-mantiene-termino-trapacero-definir-gitanos-4451489> (última consulta em janeiro de 2026).

Para além da violência que caracteriza este tipo de discursos, a investigação deparou-se com a negação do racismo da sociedade portuguesa. Trata-se de uma narrativa recorrente, fortemente presente nas diferentes esferas sociais e que tem como propósito deslegitimar quer as denúncias, quer a luta antirracista. Esta negação surge normalmente acompanhada por discursos que procuram inverter o ónus num registo de vitimização de quem produz o ódio, com ataques diretos à vítima, o que se classifica de “racismo inverso”.

Esta narrativa não é inteiramente nova no contexto ocidental. Também referida como *white backlash*, assente na ideia de que a população branca tem sido discriminada, começou a ser disseminada nos Estados Unidos durante a era dos Direitos Civis. Desde então, e “mesmo diante de montanhas de evidências de privilégio branco e desigualdade racial que beneficiam os brancos” (Hughey 2014: 727), essa representação de vitimização persiste. Assim como na sociedade norte-americana, essas táticas discursivas que procuram “desconsiderar o racismo como um sistema de poder e reduzi-lo a um preconceito que qualquer um pode ter” (Pantti *et al.* 2019: 505) têm sido amplamente propagadas no contexto europeu, especialmente nas redes sociais.

Tal prática encontra-se perfeitamente normalizada e identificável em largas centenas de comentários nos dois jornais estudados, estando presente em praticamente todas as notícias e *posts* analisados. Tratando-se a discriminação racial de uma questão de poder e de privilégio, a tese da sua inversão não parece produzir qualquer efeito, no sentido em que, por exemplo, hipotéticos insultos dirigidos a pessoas brancas não remetem para qualquer processo de desumanização e dominação. Por outras palavras, não faz sentido procurar fazer dos oprimidos os opressores.

Assim, de acordo com os discursos analisados, espera-se que a população cigana demonstre não apenas vontade, mas também capacidade de assimilar as normas e valores do grupo majoritário, sob pena de a “tolerância” supostamente concedida se converter em vigilância permanente. Refira-se que essa pretensa condescendência não impede que, à semelhança do que se observa no espaço digital, se assista na esfera pública a uma naturalização de termos racistas, tais como “ciganada”.<sup>14</sup> Neste sentido, a banalização deste tipo de vocabulário com a qual a pesquisa se defrontou é também o produto dos discursos racistas produzidos por atores com relevância política e mediática.

Como se observa, embora não se deva negligenciar o papel desempenhado pela extrema-direita na banalização da ciganofobia, o racismo dirigido a esta comunidade ultrapassa largamente as fronteiras desse campo político. Importa

14 Foi essa a palavra utilizada pelo antigo líder da concelhia de Lamego do CDS-Partido Popular que, num ato da campanha para as eleições legislativas de 2019, exclamou repetidamente para um dos vendedores de uma feira: “tu põe-me esta ciganada toda a votar toda CDS!”. Disponível em: <https://www.sabado.pt/portugal/detalhe/a-manha-de-campanha-dos-centristas-tu-poe-me-esta-ciganada-toda-a-votar-toda-cds> (última consulta em janeiro de 2026).



referir que este aspeto, em consonância com o que já tem sido assinalado por várias entidades internacionais, foi novamente destacado pelo Conselho da Europa que, num memorando publicado em março de 2021, sublinha o modo como o anticiganismo está normalizado em Portugal.<sup>15</sup>

Tal como se tem mostrado, essa normalização pode assumir diversas formas. Um episódio ocorrido nas instalações dos Bombeiros de Borba, em novembro de 2019, é revelador do nível de violência racial que se dissemina *online*. Na sequência de notícias que davam conta de que dois bombeiros teriam sido agredidos por pessoas ciganas, a maioria das mais de quatro centenas de comentários analisados na página do Facebook do *Correio da Manhã* assumiu este registo:

“Então e uma milícia popular para ajudá-los a tomar banho no Alqueva?! Era serviço público, não?”

“Eu sabia o que lhe fazia dentro de um contentor e enviados ao mar alto [...]”

“Os bombeiros não usam machados?”

“Peguem no veículo mais pesado e passem a ferro o acampamento!”

Os apelos à violência contra a comunidade cigana portuguesa não são novos. São vários os episódios que demonstram o modo como esse ódio racial já se tem traduzido em ameaças à integridade física e expulsão de famílias ciganas do território no qual habitavam.<sup>16</sup> Não sendo único, este caso em particular, ao mostrar o modo como a população cigana tem sido ostracizada e perseguida, reforça a ideia anteriormente sublinhada acerca da existência de um longo padrão histórico de discriminação. Justamente, este tipo de episódios não deve ser dissociado de um conjunto de práticas e narrativas produzidas pelos próprios Estados-nação europeus, que não só naturalizam a “ameaça” que constitui a alteridade cigana, como parecem legitimar e justificar a violência exercida sobre ela (Fejzula 2019: 2102).

Para além dos outros aspetos que foram discutidos ao longo do texto, uma parte significativa dos discursos racistas dirigidos aos ciganos revela a posição que ocupam no imaginário nacional. Mais concretamente, ilustram que, não

15 Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/commissioner/-/portugal-should-act-more-resolutely-to-tackle-racism-and-continue-efforts-to-combat-violence-against-women> (última consulta em janeiro de 2026).

16 O caso mais mediático ocorreu em 1996, quando uma família cigana residente no concelho de Vila Verde, no distrito de Braga, foi forçada a vender a sua propriedade devido a ameaças de milícias populares que acusavam a referida família de tráfico de droga (cf. Silva e Silva 2002).

obstante a sua longa existência em Portugal, não são vistos como parte integrante da nação. Prova disso são os inúmeros comentários recolhidos sugerindo, em forma de insulto, que os ciganos fossem “para a terra deles”. Em rigor, estes impropérios estão normalizados nos diversos espaços *online* e *off-line*, evidenciando, assim, a maneira como a comunidade cigana é descrita como não portuguesa. É essa a ideia transmitida pelo ativista cigano Piménio Ferreira, num debate televisivo:<sup>17</sup> “Sobre a questão dos imigrantes é curioso, porque os ciganos também não são considerados portugueses. Nós temos o cartão do cidadão, mas muitas vezes dizem-nos: ‘vai prá tua terra!’. Deve ser a ciganolândia, não sei onde é que fica”.

Aquela exclamação, em forma de provocação, encontra-se claramente banalizada no espaço digital. Esse insulto em particular, também frequentemente dirigido à população afrodescendente, é o produto inequívoco da íntima ligação que é estabelecida entre raça, racismo e identidade nacional. A violência dos discursos de ódio encontrada durante a investigação revela que a sua pertinência étnico-racial não lhes permite ascender à plenitude da cidadania como todos os outros nacionais. A ideia de que “estão”, mas que não fazem parte da nação, sai mais uma vez reforçada.

Embora os discursos hegemónicos que se produzem nas mais diferentes esferas, desde a política até à mediática, celebrem a diversidade cultural da sociedade portuguesa, a realidade parece ser bem distinta. Com efeito, esta pretensa multiculturalidade assenta numa relação desigual e no seio da qual se espera que seja adotada a “linguagem da cor branca” mesmo quando a nação se define como multirracial (Almeida 2000: 202).

## CONCLUSÃO

Os dados recolhidos evidenciam que o anticiganismo é uma marca inegável da sociedade portuguesa, estando bem presente não só nos espaços *online* como também *off-line*. Assim, e à semelhança do que tem sido enfatizado em vários estudos realizados no contexto europeu (Guillem 2011; Breazu 2023), os discursos racistas dirigidos às populações ciganas encontram-se perfeitamente normalizados no tecido nacional, pelo que as narrativas analisadas correspondem, de facto, ao racismo quotidiano (Kilomba 2019; Essed 1991).

Uma vez mais, e não negando o papel de disseminação do ódio racial desempenhado pela extrema-direita, é importante reafirmar que a ciganofobia tem sido igualmente mobilizada por representantes de quase todo o espectro político, tal como ficou evidente a propósito das intenções em confinar esta comunidade durante o período pandémico. Os dados analisados revelam que a

17 Declarações proferidas no programa *Prós e Contrás*, exibido na RTP1, em 17 de julho de 2017.

pandemia acentuou, ou mais especificamente, normalizou, os discursos segregacionistas e racistas em relação às populações ciganas.

Com efeito, esses intuitos foram fortemente apoiados por muitos dos internautas, que, inclusivamente, legitimaram o uso da violência policial, não só como forma de fazer cumprir as regras sanitárias, como também para “manter a ordem” nos bairros marginalizados. A legitimação da violência como forma de disciplinar os corpos racializados constitui um dos legados do colonialismo europeu. De facto, os discursos que desumanizam as pessoas ciganas, invariavelmente designadas “parasitas”, surgem sempre associados a todo um repertório colonial e do qual se destaca o uso dos termos “civilizado” *versus* “não civilizado”.

Os dados recolhidos e analisados demonstram a existência de uma ligação inequívoca entre essa noção de “civilizado” e a ideia de não pertença. A problematização da questão nestes termos permite compreender o modo como as populações ciganas não são percebidas nem apresentadas como fazendo parte da identidade portuguesa. Em concreto, a insistência de um discurso que reifica a pretensa incompatibilidade da comunidade cigana para com o núcleo fundador do carácter nacional contribui largamente para reforçar a tese que defende que o racismo é estrutural. De facto, a narrativa que naturaliza a ideia segundo a qual “eles” não são como “nós” está fortemente presente no espaço digital.

Além de reificarem essa diferença pretensamente inultrapassável, a investigação deparou com discursos que atribuem a responsabilidade dessa exclusão às populações ciganas. Assim, enquanto se nega a existência de padrões discriminatórios na sociedade portuguesa, acusa-se a comunidade cigana de ser racista. Conforme sublinhado anteriormente, o racismo é um sistema de poder e de privilégio, pelo que é fundamental desconstruir a falácia do “racismo inverso”. Esta tese, ao ignorar o contexto histórico e as relações desiguais que daí resultaram, falha em perceber que determinadas comunidades marginalizadas não têm poder para discriminar e oprimir os grupos dominantes.

As limitações desta investigação devem ser devidamente reconhecidas. A mais importante estará relacionada com o facto de o estudo se ter focado somente na análise dos discursos produzidos pelos leitores de dois jornais nacionais nas suas respetivas páginas do Facebook. Embora seja ainda a rede social mais utilizada em Portugal, poderá não ser totalmente representativa da população em estudo, já que os dados disponíveis mais recentes sugerem, por exemplo, que as camadas mais jovens privilegiam outras redes, particularmente o Instagram.<sup>18</sup>

18 Disponível em: <https://magg.sapo.pt/atualidade/atualidade-nacional/artigos/instagram-e-a-rede-social-mais-usada-pelos-jovens-portugueses> (última consulta em janeiro de 2026).

Apesar de o estudo ter confirmado que o anticiganismo está profundamente enraizado na esfera digital, é importante que futuras investigações explorem outros ângulos de pesquisa, nomeadamente a possibilidade de construir e disseminar contranarrativas. Para que novas narrativas antirracistas possam emergir, é fundamental dar voz às próprias populações historicamente silenciadas e subalternizadas. Ouvir a comunidade cigana significaria também que a academia passasse a falar mais “com” e não “sobre” o “Outro”, como tão eloquentemente formulado por Gayatri Spivak (1985).

## BIBLIOGRAFIA

- AL-JARF, Reima, 2021, “Combating the Covid-19 hate and racism speech on social media”, *Technium Social Sciences Journal*, 18 (2021). DOI: <https://doi.org/10.47577/tssj.v18i1.2982>.
- ALMEIDA, Miguel Vale de, 2000, *Um Mar da Cor da Terra*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, Silvio, 2019, *O que É o Racismo Estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- ALMEIDA, Pedro, Janainna PEREIRA, e Diego CANDIDO, 2023, “Online hate speech on social media in Portugal: extremism or structural racism?”, *Social Identities – Journal for the Study of Race, Nation and Culture*, 29 (5): 419-435. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504630.2024.2324277>.
- ARAÚJO, Marta, 2016, “A very ‘prudent integration’: white flight, school segregation and the depoliticization of (anti)racism”, *Race Ethnicity and Education*, 19 (2): 300-323. DOI: <https://doi.org/10.1080/13613324.2014.969225>.
- BAIDER, Fabienne, 2019, “Double speech act: negotiating inter-cultural beliefs and intra-cultural hate speech”, *Journal of Pragmatics*, 151: 155-166. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2019.05.006>.
- BARI, Fatumata Dicó, 2021, *Expressões do Racismo nos Espaços de Comentário do Facebook de Jornais Nacionais: O Caso Bairro da Jamaica*. Lisboa: Iscte, dissertação de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24111/1/master\\_fatumata\\_dico\\_bari.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24111/1/master_fatumata_dico_bari.pdf) (última consulta em janeiro de 2026).
- BASTOS, José Pereira, 2012, *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Colibri.
- BONILLA-SILVA, Eduardo, 2015, “More than prejudice: restatement, reflections, and new directions in critical race theory”, *Sociology of Race and Ethnicity*, 1 (1): 75-89. DOI: <https://doi.org/10.1177/2332649214557042>.
- BREAZU, Petre, 2023, “Entitlement racism on YouTube: white injury – the licence to humiliate Roma migrants in the UK”, *Discourse, Context & Media*, 55: 1-8. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2023.100718>.
- CARVALHO, Paula, *et al.*, 2023, “The expression of hate speech against Afro-descendant, Roma and LGBTQ+ communities in YouTube comments”, *Journal of Language Aggression and Conflict*, 12 (2), 171-206. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlac.00085.car>.

- DANIELS, Jessie, 2013, "Race and racism in Internet studies: a review and critique", *New Media & Society*, 15 (5): 695-719. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444812462849>.
- DIANGELO, Robin, 2019, *White Fragility: Why It's So Hard for White People to Talk About Racism*. Londres: Penguin Books.
- DYER, Richard, 1997, *White: Essays on Race and Culture*. Nova Iorque: Routledge.
- ESSED, Philomena, 1991, *Understanding Everyday Racism*. Newbury Park: Sage.
- FANON, Frantz, 1975 [1952], *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Porto: Paisagem.
- FEJZULA, Sebijan, 2019, "The anti-Roma Europe: modern ways of disciplining the Roma body in urban spaces", *Revista Direito e Práxis*, 10 (3): 2097-2116. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/43882>.
- FERNÁNDEZ, Cayetano, 2019, "Antigitanismo de estado y autonomía política romaní: claves para la comprensión y la acción", *Arquitecturas Ambulatorias Obradoiro de Aprendizaxe-Servizo co Barrio do Campanario*. A Coruña: Universidade da Coruña. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/89177> (última consulta em janeiro de 2026).
- GOLDBERG, David, 2002, *The Racial State*. Malden: Blackwell.
- GOLDBERG, David, 2006, "The global reach of raceless states", in Donaldo Macedo e Panayota Gunari (orgs.), *The Globalization of Racism*. Londres e Nova Iorque: Routledge, 45-67.
- GUILLEM, Susana Martínez, 2011, "European identity: across which lines? Defining Europe through public discourses on the Roma", *Journal of International and Intercultural Communication*, 4 (1): 23-41. DOI: <https://doi.org/10.1080/17513057.2010.533788>.
- HAN, Sungil, Jordan RIDDELL, e Alex PIQUERO, 2023, "Anti-Asian American hate crimes spike during the early stages of the COVID-19 pandemic", *Journal of Interpersonal Violence*, 38 (3-4): 3513-3533. DOI: <https://doi.org/10.1177/08862605221107056>.
- HESSE, Barnor, 2007, "Racialized modernity: an analytics of white mythologies", *Ethnic and Racial Studies*, 30 (4): 643-663. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870701356064>.
- HESSE, Barnor, e Salmon SAYYID, 2006, "Narrating the postcolonial political and the immigrant imaginary", in Nasreen Ali Virinder S. Kalra, e Salman Sayyid (orgs.), *A Postcolonial People – South Asians in Britain*, 13-31. Londres: Hurst and Company.
- HUGHEY, Matthew, 2014, "White backlash in the 'post-racial' United States", *Ethnic and Racial Studies*, 37: 721-730. DOI: <https://doi.org/10.1080/01419870.2014.886710>.
- KILOMBA, Grada, 2019, *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- KYSLOVA, Olga, Iryna KUZINA, e Iryna DYRDA, 2020, "Hate speech against the Roma minority on Ukrainian web space", *Ideology and Politics*, 2 (16): 251-278. DOI: <https://doi.org/10.36169/2227-6068.2020.01.00021>.
- LOVELAND, Mattew, e Delia POPESCU, 2016, "The gypsy threat narrative: explaining anti-Roma attitudes in the European Union", *Humanity & Society*, 40 (3): 329-352. DOI: <https://doi.org/10.1177/0160597615601715>.
- MAESO, Silvia Rodríguez, 2015, "'Civilising' the Roma? The depoliticisation of (anti-) racism within the politics of integration", *Identities – Global Studies in Culture and Power*, 22 (1): 53-70. DOI: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2014.931234>.
- MAGANO, Olga, e Maria Manuela MENDES, 2021, "Structural racism and racialization of Roma/ciganos in Portugal: the case of secondary school students during the COVID-19 pandemic", *Social Sciences*, 10 (6). DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci10060203>.

- MAGANO, Olga, e Tânia OLIVEIRA, 2023, “Antigypsyism in Portugal: expressions of hate and racism in social networks”, *Social Sciences*, 12 (9): 1-13. DOI: <https://doi.org/10.3390/socsci12090511>.
- MALTA, Margarida, 2022, *Media Narratives of Hate Speech and Crimes in Portugal*. Lisboa: Iscte, dissertação de mestrado. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26241/1/master\\_margarida\\_ferreira\\_malta.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/26241/1/master_margarida_ferreira_malta.pdf) (última consulta em janeiro de 2026).
- MARQUES, João Filipe, 2007, *Do “Não Racismo” Português aos Dois Racismos dos Portugueses*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural – Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.1/1915> (última consulta em janeiro de 2026).
- MATSUDA, Mari, 1989, “Public response to racist speech: considering the victim’s story”, *Michigan Law Review*, 87 (8): 2320-2381. Disponível em: <https://repository.law.umich.edu/mlr/vol87/iss8/8/> (última consulta em janeiro de 2026).
- MIŠKOLCI, Jozef, Lucia KOVÁČOVÁ, e Edita RIGOVÁ, 2018, “Countering hate speech on Facebook: The case of the Roma minority in Slovakia”, *Social Science Computer Review*, 38 (2): 128-146. DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439318791786>.
- MUSSOLF, Andreas, 2015, “Dehumanizing metaphors in UK immigrant debates in press and online media”, *Journal of Language Aggression and Conflict*, 3 (1): 41-56. DOI: <http://dx.doi.org/10.1075/jlac.3.1.02mus>.
- PANTTI, Mervi, Matti NELIMARKKA, Kaarina NIKUNEN, e Gavan TITLEY, 2019, “The meanings of racism: public discourses about racism in Finnish news media and online discussion forums”, *European Journal of Communication*, 34 (5): 503-519. DOI: <https://doi.org/10.1177/0267323119874253>.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 2007, “Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78: 3-46. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/10789> (última consulta em janeiro de 2026).
- SIAPERA, Eugenia, 2019, “Organised and ambient organised and ambient digital racism: multidirectional flows in the Irish digital sphere”, *Open Library of Humanities*, 5 (1): 1-34. DOI: <https://doi.org/10.16995/olh.405>.
- SILVA, Tarcízio, 2020, *Comunidades, Algoritmos e Ativismos Digitais: Olhares Afrodiaspóricos*. São Paulo: Literarua.
- SILVA, Manuel Carlos, e Susana SILVA, 2002, “Práticas e representações sociais face aos ciganos: O caso de Oleiros, Vila Verde”, *Antropológicas*, 6: 57-86. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/884> (última consulta em janeiro de 2026).
- SILVA, Cláudia, e Paula CARVALHO, 2023, “When can compliments and humour be considered hate speech? A perspective from target groups in Portugal”, *Comunicação e Sociedade*, 43: 1-29. DOI: [http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.43\(2023\).4135](http://dx.doi.org/10.17231/comsoc.43(2023).4135).
- SPIVAK, Gayatri, 1985, “Can the subaltern speak? Speculations on widow-sacrifice”, *Wedge*, 7 (8): 120-130.
- THOMPSON, Naomi, e David WOODGER, 2020, “I hope the river floods”, *British Journal of Community Justice*, 16 (1): 41-63. Disponível em: <https://mmuperu.co.uk/bjci/articles/i-hope-the-river-floods-online-hate-speech-towards-gypsy-roma-and-traveller-communities/> (última consulta em janeiro de 2026).

VAN DIJK, Teun, 2005, “Ideologia y análisis del discurso”, *Utopia y Praxis Latinoamericana*, 10 (29): 9-36. Disponível em: [https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1315-52162005000200002](https://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-52162005000200002) (última consulta em janeiro de 2026).

WODAK, Ruth, e Michael MEYER, 2001, *Methods of Critical Discourse Analysis*. Londres: Sage.

---

|                                                     |            |
|-----------------------------------------------------|------------|
| Receção da versão original / Original version       | 2023/12/01 |
| Aceitação / Accepted                                | 2025/05/06 |
| Pré-publicação <i>online</i> / Pre-published online | 2026/02/05 |